

O Brasil no mapa da fome: movimento dos trabalhadores sem-teto e a cozinha solidária como política pública frente à insegurança alimentar (2021-2024)

Ana Paula **Kanzaki**¹

RESUMO

Ao considerar a saída do Brasil do Mapa da Fome, em 2014, e o seu retorno, em 2022, este trabalho objetivou investigar a relação entre o Estado e o Movimento de Trabalhadores Sem-Teto (MTST) na construção de políticas públicas e ações de combate à fome no país. Trabalhamos com documentos legislativos, produções audiovisuais e relatos, voltados às ações das Cozinhas Solidárias do MTST. Em diálogo com autores referentes às metodologias e teorias da História, pesquisamos a atuação dos movimentos sociais de trabalhadores/as, objetivando investigar conexões a partir do MTST na luta contra a fome no Brasil. Partimos da premissa de que a chaga da fome no Brasil não foi agravada somente pela crise sanitária da COVID-19. Concluímos que os desmontes das políticas públicas que se concentravam em mitigar a fome, vinculado ao crescimento da taxa desemprego, das formas de flexibilização do trabalho e do aumento de políticas neoliberais, estimularam o retorno do Brasil ao Mapa da Fome.

Palavras-chave: MTST; História da Fome; História do Trabalho; História da Alimentação.

INTRODUÇÃO

A fome transpassa as classes trabalhadoras e suas formas de acesso à comida, a precarização do trabalho, os períodos de carestia, como também as políticas públicas e a maneira como o Estado se apresentou para confrontar (ou não) a fome e, ainda, de que modo as populações lidaram com a questão da insegurança alimentar. Trabalhar com a fome no Brasil passa também por pensar as histórias que ressaltam as lutas contra a fome (Andrade; Freitas, 2024, p. 3), assim como a História da Alimentação também poderia ser, por diversas vezes, identificada como uma “história da luta contra a fome” (Meneses; Carneiro, 1997, p. 38).

“A miséria e a fome, longe de serem invariantes das sociedades humanas, têm uma história” (Meneses; Carneiro, 1997, p. 42) e durante a pandemia da COVID-19 surgiram várias ações de enfrentamento à fome, dentre elas, destacamos neste trabalho as Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). As Cozinhas Solidárias foram organizadas inicialmente em 2021, durante a segunda onda da pandemia (Boulos,

¹ Mestranda em História pelo PPGH da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). ana.kanzaki@icloud.com



2022, p. 62) e já entregaram mais de 5 milhões de marmitas pelo Brasil até então. Contudo, o MTST já possuía um histórico de cozinhas coletivas em ocupações urbanas. De acordo com Guilherme Boulos (2022), algumas dessas Cozinhas também tiveram parceria com o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e contaram com doações de botijões de gás do Sindicato dos Petroleiros.

Vale frisar que o trabalho realizado pelo MTST não iniciou no período pandêmico. Este movimento vem de um histórico de construções que remontam aos anos 1990, com sua fundação oficial em 1997. O MTST foi criado com “o intuito de garantir o direito constitucional à moradia digna para todas e todos” (MTST, 2024). No início dos anos 2000, o “MTST se destacava não pela luta pela soberania alimentar, mas pela disputa de políticas e programas sociais habitacionais” (De Sordi, 2023, p. 5). O mote do MTST, com a crise do governo de Dilma Rousseff e o estrangulamento de políticas públicas e orçamentos do Governo Temer, se tornou Teto, Trabalho e Pão. Por Teto, levam-se em conta as pessoas sem teto, vivendo precariamente sob a especulação imobiliária; por Trabalho, considera-se a precarização do trabalho, a seguridade social, a garantia de direitos; e por Pão, trata-se do fato do movimento se manifestar contra a situação das milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave.

As experiências do MTST fizeram as suas pautas se entrelaçarem para além da moradia, vinculando o movimento a um debate complexo sobre as condições, demandas e direitos de trabalhadores/as que perpassam, evidentemente, a moradia, mas também a questão da alimentação, do direito à cidade e das condições de trabalho. Direito à cidade é entendido na perspectiva de David Harvey (2012), não como um direito individual de acesso a espaços e recursos urbanos, mas como “o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade”, bem como o exercício de “poder coletivo de moldar o processo de urbanização” (Harvey, 2012, p. 74). O próprio MTST pontua o avanço do capitalismo e a precarização do trabalho como mazelas que o movimento busca enfrentar (Boulos, 2022). Assim, o MTST foi além da moradia digna, almejando uma reforma urbana concreta, de modo a construir um país mais justo e igualitário, pautando o acesso ao saneamento básico, à alimentação, ao lazer, à educação de qualidade e à mobilidade. Há de destacar, ainda, que as Cozinhas Solidárias surgiram do contexto pandêmico como uma necessidade de enfrentamento ao desmonte de políticas públicas, ao agravamento da situação de insegurança alimentar que culminou no retorno do país ao mapa da fome. As cozinhas também serviram como estratégia de “releitura do espaço da cozinha comunitária e sua centralidade para a manutenção do movimento social” (De Sordi, 2023, p. 7).

Há um segundo caminho tomado a partir das experiências do movimento social, esse delimitado no campo das políticas públicas, apresentado pelo Deputado Federal Guilherme Boulos (PSOL). As Cozinhas Solidárias se tornaram uma política pública nacional, a partir do Projeto de Lei 491/2023, que buscou instituir o Programa Cozinha Solidária. Em julho de 2023, a Lei Nº 14.628 instituiu o “o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária”. Já o Decreto Nº 11.937, de março de 2024, regulamentou o Programa Cozinha Solidária. A partir disso, temos uma política pública regulamentada que visa “fornecer alimentação gratuita e de

qualidade à população, preferencialmente às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, incluída a população em situação de rua e em insegurança alimentar e nutricional” (Decreto 11.937, 2024).

METODOLOGIA

Buscamos estudar a história da fome no Brasil, na perspectiva da investigação da ação dos movimentos sociais de trabalhadores/as e da construção de políticas públicas. Os interesses de nossa pesquisa nos desafiam a realizar um trabalho metodológico que seja suficiente para nos conectar à análise dos documentos, tanto por uma perspectiva micro, que se atenta às especificidades das experiências locais de combate à fome, quanto por uma abordagem macro, que busca investigar as conexões dessas experiências com o contexto global mais amplo (Conrad, 2019; Lima 2019).

Os documentos analisados estão em suporte e materialidade diversos, o que exige um investimento metodológico proporcionalmente diverso. Para Carlos Bacellar (2008), ao analisar documentos “sente-se o peso das restrições da sociedade, ou o peso da miséria, ou a má sorte de alguém” (Bacellar, 2008, p. 24). Para este trabalho, é necessário sentir o peso do impacto da fome no tecido social brasileiro, bem como os meandros da luta contra esta chaga.

Os documentos legislativos e as produções relacionadas às Cozinhas Solidárias deverão passar por uma análise crítica, mas empática para aqueles que sofrem e lutam contra a fome. Walter Benjamin (2020), na tese sete sobre o conceito de História, aponta o perigo do método da empatia por aqueles que venceram, pois “todos os que até hoje foram vencedores vão junto ao cortejo triunfal dos dominantes, que marcham sobre aqueles que jazem hoje no chão” (Benjamin, 2020, p. 117). Nessa perspectiva, é possível afirmar que estas fontes não estão isentas da fome como barbárie. Portanto, é necessário tomar como tarefa do/a historiador/a escovar a história, bem como os documentos selecionados para esta pesquisa, a contrapelo (Benjamin, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para os documentos legislativos, tais como os documentos de Projeto de Lei 491/2023, a Lei 14.628/2023 e o Decreto 11.937/2024, referentes ao Programa Cozinha Solidária, podem ser analisados na íntegra, observando minuciosamente possíveis alterações e seus impactos na sociedade. Foi importante consultar, além destes, o próprio processo de tramitação e como se deram as votações dos deputados (Bacellar, 2008, p. 34). Desta maneira, foi necessário conectar estes documentos legislativos aos debates públicos, desde a apresentação do projeto até a regulamentação via decreto, principalmente pelo fato do então Deputado Henrique Vieira (PSOL-RJ) e o então Deputado Guilherme Boulos (PSOL-SP) terem obtido a aprovação do requerimento de uma audiência pública para debater o Projeto de Lei. Para tanto, detemo-nos em “conhecer o funcionamento da máquina administrativa” (Bacellar, 2008, p. 44), neste caso, o funcionamento da tramitação de um projeto de lei. Por este motivo, buscamos investigar os documentos, identificar as pessoas que nele se encontram e os processos pelos quais estes documentos passaram, a partir de suas singularidades (Bacellar, 2008).

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) também produziu diversos documentos, tais como uma produção audiovisual sobre as Cozinhas Solidárias, obras literárias e relatos obtidos de moradores/as e trabalhadores/as que se envolveram nas ações das cozinhas comunitárias. Foi possível também acessar os dados e pesquisas realizadas pelo Centro Popular de Pesquisa do MTST, que busca produzir “conhecimento voltado para a solução de problemas enfrentados por trabalhadores(as) periféricos de todo o Brasil” (MTST, 2024).

As obras audiovisuais, produzidas e disponibilizadas pelo MTST, apresentam as sociabilidades e os usos das cozinhas. Além disso, o documentário *Não existe almoço grátis* (2023), dirigido por Marcos Nepomuceno e Pedro Charbel, acompanha Jurailde, Socorro e Bizza, figuras que lideram as ações de distribuição de marmitas da Cozinha Solidária da favela Sol Nascente, no Distrito Federal. A obra destaca as ações de distribuição de 600 refeições diárias para pessoas durante a posse à presidência de Lula em Brasília, em janeiro de 2023. Marcos Napolitano (2008, p. 237) destacou a necessidade de “articular a linguagem técnico-estética [...] e as representações da realidade histórica ou social nela contidas”, considerando os suportes e as formas narrativas empregadas. Para Napolitano, o cinema pode servir como “fonte e veículo de disseminação de uma cultura histórica, com todas as implicações ideológicas e culturais que isso representa” (Napolitano, 2008, p. 246).

CONCLUSÕES

Os/as autores/as Rômulo de Andrade e Gabriele Freitas (2024), afirmam que “o período em que a situação de fome não foi um elemento presente no Brasil é uma exceção” (Andrade; Freitas, 2024, p. 3). De fato, o Brasil somente se manteve fora do Mapa da Fome, realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), por menos de dez anos e teve seu retorno agravado por um processo de desmonte das políticas públicas que, até então, vinham mitigando a chaga da fome no país. Ao mesmo tempo, esse retorno, em 2022, também pode ser vinculado ao aumento do desemprego, da flexibilização do trabalho, ao crescimento de políticas neoliberais, ao desmantelamento de um estado de bem-estar e ao modo de produção capitalista. Valmir Fernandes (2022) relacionou desemprego, trabalhadores/as na informalidade, inflação e fome, destacando, inclusive as grandes filas em busca de doação de ossos em açougues. No período que corresponde ao retorno do país para o Mapa da Fome, também passamos por um momento de crise sanitária e pela pandemia da COVID-19, que intensificou a insegurança alimentar.

Por fim, realizar essa pesquisa, no âmbito de uma História da Fome vinculada a uma História do Trabalho, nos auxilia a entender o porquê de grandes volumes de produção de alimentos a nível mundial não suprirem a lacuna da fome como um problema social latente. Henrique Carneiro (2005), evidenciou a contradição e o paradoxo que há na persistência da fome e da subnutrição, ao mesmo tempo que “a produção de alimentos é a maior de todos os tempos e os meios técnicos de transportá-los e conservá-los são os mais eficientes já conquistados” (Carneiro, 2005, p. 75). Tendo isso em mente, foi a partir das posições do país no Mapa da Fome, que nos possibilitou investigar a relação entre Estado e movimentos sociais urbanos, de modo a analisar como se deram as construções de políticas públicas de combate à fome no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rômulo de Paula; FREITAS, Gabriele Carvalho. Fome, um passado inacabado: historiografia, tempo presente e desigualdade no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 16, n. 41, abr. 2024.
- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. São Paulo: Alameda, 2020 [1940].
- BOULOS, Guilherme. **Sem medo do futuro**. São Paulo: Contracorrente, 2022.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. **Decreto Nº 11.937/2024**. Regulamenta o Programa Cozinha Solidária. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto-11937-5-marco-2024-795354-publicacaooriginal-171159-pe.html>. Acesso em: 10 set. 2024.
- CARNEIRO, Henrique. Comida e sociedade: significados sociais na História da Alimentação. **História. Questões e Debates**, Curitiba-PR, v. 42, p. 71-80, 2005.
- CONRAD, Sebastian. **O que é a História Global?** Lisboa: Edições 70, 2019.
- DE SORDI, Denise. Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): Solidariedade e reconstrução da esfera pública (2021-2022). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1-21, 2023.
- FERNANDES, Valmir. ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Desemprego, informalidade e inflação devem agravar fome no país este ano**. 2022. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/brasil-um-pais-chamado-fome1>.
- FICHINO, Sofia Santos. Cozinhar com o que se tem, alimentar e ir além. In: SILVA, Marco Antonio Morgado da; NOWICKI, Beatriz; BRAGA, Maria Helena; PALOMINO, Rafael (orgs.). **Construindo uma pedagogia sem-teto: fundamentos e práticas de educação popular no MTST**. São Paulo: Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, 2023.
- HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez., 2012.
- LIMA, Henrique Espada. 2019. História Global do Trabalho: um olhar desde o Brasil. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 59-70. ISSN 1984-9222. doi:<https://doi.org/10.5007/1984-9222.2018v10n19p59>.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra; CARNEIRO, Henrique. A história da alimentação: balizas historiográficas. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, Nova Série, Vol. 5, jan/dez de 1997, pp. 9-92.
- MTST. **Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – Brasil**. Brasil. 2024a. Disponível em: <https://mtst.org/>. Acesso em: 15 set. 2024.
- NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

Agradecimentos: Agradeço especialmente à juventude dos movimentos sociais, Juventude Fogo no Pavio, e ao MTST, que seguem na luta diante da precarização do trabalho, contra a fome e por moradia digna.